

Atualidade econômica

Os resultados de setembro

O saldo positivo de US\$ 602 milhões da balança comercial de setembro representa, inicialmente, mais um passo para a obtenção de um resultado anual próximo — eventualmente superior — dos US\$ 6,3 bilhões. Sem dúvida, esses recursos são preciosos, mormente nesta delicada fase de negociações envolvendo a dívida externa brasileira e as necessidades financeiras de curto prazo. Será uma meta cumprida, em meio às muitas desrespeitadas do acordo com o FMI.

Todavia, esse resultado não deixa de apresentar um custo relativamente elevado, além do fato de estar sendo obtido essencialmente por uma drástica redução nas importações. É também possível que os números dos próximos meses sejam bastante favoráveis, dado o severo controle dos pagamentos em dólar. Por outro lado, um efeito contrário certamente será produzido pelas importações de alguns produtos agrícolas, precipitadamente comercializados, com dano para o abastecimento interno.

As autoridades têm procurado dinamizar a entrada das importações embora agindo especificamente com cada mercadoria. Há detalhes que merecem ser destacados em cada caso. Para o arroz, por exemplo, sabe-se que dificilmente deixará de ser vendido por Cr\$ 22 a 23 mil a saca, enquanto o similar nacional custa atualmente em torno de Cr\$ 20 mil. Vale a pena ressaltar que essas importações devem ser necessárias para cobrir a demanda apenas até a próxima safra, quando a CFP procurará certamente constituir novos estoques.

As aquisições de milho estão sendo retardadas, por motivo de pagamento, mas principalmente para não derrubar os preços elevados que estão funcionando como estímulo aos produtores. Ao que tudo indica, o Brasil poderá beneficiar-se do convênio de crédito recíproco com a Argentina e de financiamento da Commodity Credit Corporation, no caso do milho norte-americano.

Para a soja, a situação está completamente indefinida em termos de importações. Quanto à carne bovina, fontes desse setor julgam completamente descabidas as notícias de importação, considerando que se trata de uma manobra puramente artificial por parte do governo, como tentativa de legitimar o tabelamento de preços no varejo.

Decorridos nove meses do ano, parece líquido e certo que o País conseguirá alcançar sua meta de US\$ 6,3 bilhões de superávit. As atenções começarão a voltar-se para 1984 e, especialmente, para a conjuntura internacional, marcada pela esperança de que a recuperação das nações industrializadas prossiga seu rumo atual.

Nos Estados Unidos, por exemplo, há indícios, agora mais evidentes, de que uma parte dessa retomada deve-se não apenas ao maior dispêndio com bens de consumo, mas também — em escala ainda modesta — a gastos de investimentos, o que é sumamente importante para assegurar fôlego à recuperação. Claro está que esse processo verifica-se de forma setorializada, abrangendo basicamente os ramos de tecnologia de ponta, como as indústrias eletroeletrônica e de armamentos. Os ramos mais tradicionais, como automóveis, têxtil e química, denotam tendência a incrementar sua produtividade sem aumentar a capacidade de produção instalada.

O fantasma das elevadas taxas de juro permanece, entretanto, já que sua causa fundamental — o déficit público superior a US\$ 200 bilhões — não tem grandes possibilidades de ser eliminada. O problema do desemprego ainda preocupa. Os norte-americanos não parecem muito dispostos a reduzir o protecionismo que vem caracterizando sua política de comércio exterior. Nesse sentido, as possibilidades de um novo e maior superávit em 84 existem, mas o efeito positivo que isso traz para o endividamento brasileiro pode ser contrabalançado pelos contratempos da recuperação dos industrializados.